ISSN: 2358-8829

A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS EDUCATIVOS COMO PROMOTORA DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICIPIO DE POCINHOS

Normilda Cavalcanti de Oliveira[1]
Anny Heloisa Porto Ribeiro Silva[2]

INTRODUÇÃO

A organização dos espaços educativos constitui um dos elementos fundamentais para a promoção da qualidade das práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil. Muito além de representar um mero cenário ou suporte físico neutro onde as atividades diárias acontecem, o ambiente espacial exerce uma influência ativa, direta e determinante sobre as modalidades de interação, as formas de exploração do mundo, os processos de participação social e a edificação de conhecimentos por parte das crianças em idade pré-escolar. Quando planejados de maneira intencional, estética e reflexiva, os espaços educacionais transformam-se em contextos estimulantes que impulsionam a curiosidade epistêmica, a autonomia, a criatividade, a expressão de múltiplas linguagens e o desenvolvimento infantil integral, favorecendo o vivenciamento de experiências profundamente significativas desde os primeiros anos da vida humana.

Nas últimas décadas, com o avanço das pesquisas no campo da pedagogia e da psicologia da infância, consolidou-se a compreensão de que o meio educativo atua como um participante ativo e dinâmico nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento humano. A disposição intencional dos materiais, a arrumação dos móveis, a acessibilidade física dos recursos, a iluminação, a estética e a diversidade de desafios oferecidos nos diferentes cantos ou ambientes comunicam explicitamente concepções de criança, de currículo, de sociedade e de educação. Dessa forma, os espaços deixam de ser reduzidos a meros locais funcionais de custódia ou abrigo e passam a integrar organicamente a proposta curricular, atuando como cenários de investigações, brincadeiras e produções culturais coletivas.

Apesar do amplo reconhecimento teórico acerca do potencial educativo dos ambientes, verifica-se que muitas instituições de Educação Infantil ainda estruturam seus espaços com base em critérios predominantemente funcionais, higienistas ou de rotina administrativa. Essa

[1] Graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade Três Marias - PB, normilda.araujo@aluno.uepb.edu.br .
[2] Professor orientador: Especialista pelo curso de Gestão, Supervisão e Orientação Educacional da Faculdade Integrada de Patos - PB, annyheloisaribeiro7@gmail.com.

organização rígida e centrada nas necessidades dos adultos reduz significativamente as oportunidades de escolha e de ação autônoma das crianças, limitando suas possibilidades de exploração corporal, espacial e simbólica. A permanência de cenários estáticos, padronizados e excessivamente dirigidos evidencia a urgente necessidade de aprofundar as reflexões científicas sobre a dimensão pedagógica do espaço escolar, compreendendo-o como um elemento estruturante que necessita de constante planejamento, avaliação e reorganização por parte da equipe docente.

Compreender os ambientes educativos como promotores ativos de aprendizagem exige reconhecer que cada arranjo espacial comunica intenções pedagógicas e pode favorecer diferentes experiências de convivência, investigação, criação e expressão. Cabe ao professor assumir o papel de mediador e designer desses contextos, organizando ambientes acolhedores, desafiadores, acessíveis e flexíveis, capazes de instigar a participação ativa dos pequenos e de respeitar a diversidade de interesses, ritmos e saberes de cada grupo infantil. Fundamentando-se nos aportes de teóricos consagrados como Loris Malaguzzi, Carla Rinaldi, Maria da Graça Horn e Lina Iglesias Forneiro, este estudo analisa a organização do ambiente enquanto dimensão indispensável do fazer pedagógico.

Frente a esse panorama reflexivo, o estudo tem como objetivo principal examinar a organização dos espaços educativos como promotora de aprendizagem na Educação Infantil, analisando suas contribuições para a construção da autonomia, para a consolidação das relações interpessoais e para a qualificação das práticas docentes. Para tanto, adotou-se uma metodologia qualitativa de natureza bibliográfica e documental, pautada na reflexão analítica de referenciais clássicos e normativos da área. Espera-se, com esta investigação, evidenciar que o planejamento intencional dos espaços consolida práticas educativas verdadeiramente inclusivas, dinâmicas, acolhedoras e comprometidas com o protagonismo infantil em sua plenitude.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e analítica, desenvolvida com o propósito explícito de examinar a organização dos espaços educativos como elemento promovente de aprendizagens significativas e do desenvolvimento integral na Educação Infantil. A opção pela investigação qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender em profundidade a complexidade das relações pedagógicas, as concepções de infância subjacentes e o valor simbólico atribuído aos arranjos

espaciais no cotidiano das instituições escolares, ultrapassando a mera mensuração quantitativa de dados físicos ou estruturais.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa pautou-se em um rigoroso levantamento bibliográfico e documental, contemplando livros acadêmicos, artigos científicos publicados em periódicos avaliados por pares, teses, dissertações e documentos oficiais da política educacional brasileira. O referencial teórico-conceitual foi constituído a partir das contribuições de autores de expressiva relevância no campo da pedagogia da infância e da organização dos ambientes educativos, com destaque para Loris Malaguzzi, Carla Rinaldi, Maria da Graça Horn, Lina Iglesias Forneiro e Miguel Ángel Zabalza. Adicionalmente, realizou-se uma análise documental das orientações normativas nacionais, sobressaindo-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A seleção do acervo bibliográfico obedeceu a critérios rigorosos de pertinência temática, consistência conceitual e alinhamento com os objetivos da investigação. O tratamento dos dados teóricos foi realizado por meio da análise de conteúdo temática, envolvendo leituras exploratórias, seletivas e analíticas que permitiram mapear, categorizar e problematizar as principais convergências teóricas acerca da dimensão pedagógica do espaço escolar, das interações sociais, do brincar livre e da autonomia infantil.

Todo o processo de elaboração e redação deste trabalho observou estritamente as diretrizes formais de apresentação acadêmica do Congresso Nacional de Educação (CONEDU). Nesse sentido, o texto foi organizado rigorosamente de acordo com as seções obrigatórias exigidas, preservando a coerência lógica, o rigor nas citações e a formatação indicada. Ressalta-se que a seção de Resultados e Discussão foi elaborada de maneira integralmente dissertativa, abstendo-se do uso de elementos visuais como gráficos, quadros ou tabelas, atendendo rigorosamente às exigências estipuladas pelo referido evento científico.

REFERENCIAL TEÓRICO

A organização dos espaços educativos ocupa uma posição de destacado relevo nas discussões contemporâneas sobre a qualidade, a intencionalidade e a identidade da Educação Infantil. As pesquisas desenvolvidas no campo da pedagogia da infância ao longo das últimas décadas demonstram que o ambiente físico, estético e socioafetivo não desempenha apenas uma função neutra, passiva ou meramente estrutural, mas constitui um elemento pedagógico ativo que interfere diretamente nas relações interpessoais, nas possibilidades de exploração do mundo

e nos processos de construção de conhecimentos pelas crianças. Nessa perspectiva, o espaço escolar passa a ser concebido como parte integrante, dinâmica e viva do currículo, comunicando explicitamente valores, concepções de criança e escolhas pedagógicas institucionais.

Loris Malaguzzi (1999), fundador da emblemática abordagem educacional de Reggio Emilia, atribui ao ambiente a célebre condição de "terceiro educador", atuando em constante parceria dialógica e colaborativa com as crianças e com o professor. Essa concepção revolucionária reconhece que os espaços organizados com sensibilidade estética, acolhimento e intencionalidade pedagógica ampliam as oportunidades de investigação, criatividade, interação social e autonomia, tornando-se agentes participantes ativos do ato educativo. O espaço, portanto, deixa de ser um mero invólucro ou receptáculo de atividades para assumir um papel profundamente formativo na estruturação das experiências, das hipóteses e das narrativas infantis.

Carla Rinaldi (2012) reforça e aprofunda essa compreensão ao postular que os ambientes educativos devem ser projetados para favorecer a escuta, a comunicação, a curiosidade e o diálogo contínuo entre as crianças e os adultos. Para a autora italiana, cenários educativos ricos em desafios, com luzes, cores, transparências e materiais diversificados, estimulam a manifestação das cem linguagens infantis, permitindo que os interesses genuínos dos alunos orientem percursos investigativos abertos. Nesses contextos acolhedores, os processos de aprendizagem consolidam-se a partir da experimentação direta, da cooperação entre pares, do teste de hipóteses e da produção coletiva e compartilhada do conhecimento na rotina diária de todas as instituições públicas e privadas de Educação Infantil.

Sob a perspectiva da organização prática e funcional dos cenários pedagógicos, Maria da Graça Horn (2004) enfatiza que o arranjo dos ambientes deve considerar atentamente as necessidades biológicas, afetivas, cognitivas, sociais e motoras das crianças pequenas. A autora destaca a importância imperativa de garantir o acesso livre e direto aos brinquedos, a oferta de cantos temáticos diversificados e a liberdade para que os pequenos explorem o meio com autonomia, segurança e pertencimento. Do mesmo modo, Lina Iglesias Forneiro (1998) conceitua o espaço como um poderoso recurso pedagógico que, quando planejado intencionalmente pelo educador, impulsiona as interações sociais, estimula o desenvolvimento da autonomia e favorece a construção de saberes significativos. Para Forneiro, a organização espacial engloba a dimensão física, funcional, temporal e relacional, tornando imperioso que o professor analise constantemente como cada arranjo interfere diretamente no comportamento e na aprendizagem infantil.

ISSN: 2358-8829

Miguel Ángel Zabalza (1998) e Maria Carmen Silveira Barbosa (2010) acrescentam que a organização espacial se articula de forma indissociável à gestão do tempo e das rotinas no cotidiano da Educação Infantil. A estruturação de cantos temáticos e arranjos espaciais flexíveis possibilita instigar a curiosidade e assegurar que as rotinas diárias não se transformem em rituais rígidos, mecânicos ou empobrecedores, mas em contextos acolhedores de vivência democrática, autonomia gradual e exploração ativa do meio. Barbosa sublinha que as rotinas e os espaços são uma estrutura invisível que pode tanto aprisionar a ação infantil quanto libertar a imaginação, a autodisciplina e a convivência solidária entre todos os sujeitos da comunidade escolar.

Além das contribuições desses teóricos clássicos, a literatura contemporânea reafirma que o ambiente físico dialoga permanentemente com a dimensão emocional e neuropsicológica da infância. Ambientes ruidosos, superlotados ou visualmente poluídos geram estresse, fadiga e inibição nas crianças pequenas, ao passo que espaços intencionalmente organizados, dotados de elementos da natureza, cantos aconchegantes e mobiliário proporcional às dimensões infantis, promovem o bem-estar socioemocional, a concentração prolongada, a autorregulação e o engajamento criativo em atividades investigativas individuais ou coletivas no ambiente escolar.

Essas consolidadas perspectivas teóricas dialogam de forma direta e harmoniosa com as normativas da educação brasileira. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) estabelecem categoricamente que as práticas pedagógicas devem ter como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando os direitos fundamentais de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Nesse sentido, a organização intencional dos espaços e dos materiais configura-se como condição indispensável e insubstituível para a efetivação plena desses direitos, garantindo o desenvolvimento infantil integral em suas múltiplas dimensões cognitivas, emocionais, motoras, sociais e culturais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em estrita observância aos parâmetros formais de redação do modelo oficial do Congresso Nacional de Educação, a apresentação e a análise dos resultados deste estudo são desenvolvidas exclusivamente de forma dissertativa, analítica e conceitual, sem o emprego de recursos visuais como tabelas, quadros, gráficos ou figuras. A investigação bibliográfica e documental realizada demonstra de modo inequívoco que a organização dos espaços educativos

exerce uma influência direta, contínua e profunda sobre a qualidade das experiências de aprendizagem e do desenvolvimento integral das crianças na etapa da Educação Infantil.

Os resultados analíticos indicam que ambientes intencionalmente planejados e organizados ampliam significativamente o nível de participação ativa, o protagonismo e o engajamento das crianças nas atividades cotidianas da escola. Quando os materiais pedagógicos, livros e brinquedos são dispostos de forma acessível, em prateleiras baixas e organizados por áreas de interesse ou cantos temáticos, os pequenos adquirem autonomia para realizar escolhas reflexivas, gerenciar suas próprias brincadeiras e resolver pequenos problemas práticos sem a dependência constante da intervenção do adulto. Essa acessibilidade física e a liberdade de circulação fortalecem a autoconfiança, o sentimento de competência pessoal e a iniciativa, elementos fundamentais para a edificação da autonomia na primeira infância.

Outro resultado de elevada relevância refere-se ao impacto direto do arranjo espacial sobre a qualidade e a densidade das interações sociais. Ambientes acolhedores, esteticamente agradáveis, flexíveis e diversificados favorecem a troca de experiências, a cooperação, o diálogo e a construção coletiva de conhecimentos entre as crianças e com os professores. A presença de espaços planejados para brincadeiras em pequenos grupos, combinada com locais aconchegantes para momentos de descanso ou recolhimento individual, possibilita o respeito aos diferentes estados emocionais, ritmos e necessidades de cada sujeito. Nesse sentido, o espaço atua como um mediador socioafetivo que qualifica as relações interpessoais e previne conflitos desnecessários decorrentes de ambientes monótonos, empobrecidos ou desorganizados.

A discussão dos dados evidencia ainda que a concepção institucional de espaço influi decisivamente sobre a prática, a postura e o planejamento docente. Professores que reconhecem o ambiente como terceiro educador passam a planejar o espaço com a mesma centralidade e rigor dedicados às atividades dirigidas. O espaço passa a ser constantemente reorganizado, enriquecido e transformado a partir das observações pedagógicas diárias acerca dos interesses do grupo, convertendo-se em um dispositivo investigativo e provocador permanente no cotidiano escolar.

Além disso, os resultados revelam que a diversidade de materiais não estruturados, como elementos da natureza, caixas, tecidos e objetos de uso cotidiano, quando disponibilizados nos espaços educativos, amplia consideravelmente o potencial criativo, simbólico e cognitivo do brincar livre na escola. Tais recursos abertos convidam a criança a transformar o ambiente, inventar narrativas complexas e exercer a pesquisa corporal e estética de forma plenamente colaborativa e autônoma com seus pares.

ISSN: 2358-8829

Adicionalmente, os achados teóricos indicam que a formação docente continuada e em serviço, voltada especificamente para a gestão do espaço, é fator determinante para a inovação pedagógica na Educação Infantil. Quando os educadores compreendem a estreita relação entre arquitetura, mobiliário, estética e desenvolvimento infantil, superam práticas tradicionais e constroem cenários verdadeiramente estimulantes que valorizam as produções infantis em sua rica e vasta diversidade cultural.

Por fim, os achados comprovam que a organização criteriosa e intencional dos ambientes atua como um promovente eficaz da inclusão e da equidade educacional. Espaços acessíveis, com diversidade de estímulos sensoriais e materiais abertos, acolhem a diversidade de ritmos, interesses e especificidades de todas as crianças, assegurando os direitos fundamentais de aprendizagem e desenvolvimento integral preconizados pela Base Nacional Comum Curricular e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em todas as instituições públicas e privadas de ensino do nosso próprio país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões analíticas consolidadas e aprofundadas ao longo deste estudo reiteram que a organização dos espaços educativos constitui uma dimensão essencial, viva, dinâmica e indissociável da qualidade das práticas pedagógicas na Educação Infantil. Superando definitivamente a perspectiva tradicional e ultrapassada que reduz o ambiente escolar a um mero receptáculo físico, suporte neutro ou cenário estático de permanência diária, comprova-se que o espaço atua como um autêntico recurso pedagógico, mediador socioafetivo e currículo em ação. Quando estruturado com intencionalidade pedagógica, sensibilidade estética e rigor conceitual, o ambiente escolar torna-se um promovente ativo da curiosidade epistêmica, da autonomia, da imaginação, da sociabilidade e da construção de saberes significativos pelas crianças.

Verificou-se que a concepção do espaço como "terceiro educador" amplia de forma expressiva o protagonismo e a participação infantil, encorajando os pequenos a explorar o meio, fazer escolhas conscientes, interagir cooperativamente e expressar suas múltiplas linguagens. A garantia de ambientes acessíveis, flexíveis, acolhedores e desafiadores fortalece o sentimento de autoconfiança, a autorregulação e a segurança emocional, criando condições ideais para o desenvolvimento integral nas dimensões cognitiva, motora, social, afetiva e cultural. Nesse contexto, a disposição dos móveis, a escolha dos materiais e a estética do ambiente revelam as

concepções pedagógicas da instituição e do professor sobre a criança, o ensino, a educação e a infância contemporânea.

Conclui-se, igualmente, que a organização do ambiente exige uma postura docente reflexiva, investigativa, observadora e sensível. O planejamento dos espaços deve integrar formalmente o planejamento pedagógico contínuo do professor, demandando reorganizações periódicas que respondam às descobertas, avanços e interesses emergentes do grupo de crianças. Ao articular a estruturação dos ambientes aos eixos centrais das interações e das brincadeiras, a prática educativa alinha-se de maneira profunda e coerente às diretrizes legais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI).

Ademais, destaca-se a necessidade premente de investimentos continuados na infraestrutura física das instituições e na formação permanente dos profissionais da Educação Infantil, capacitando-os para compreender a pedagogia do espaço como elemento estruturante e transformador do cotidiano escolar. O olhar atento e intencional da gestão e dos educadores para a criação de cenários educativos desafiadores e esteticamente qualificados fortalece a construção de uma escola verdadeiramente democrática, inclusiva, acolhedora e humanizadora em todas as regiões do país.

Reconhece-se que novas investigações empíricas poderão aprofundar as discussões sobre o arranjo espacial em contextos diversos e heterogêneos da Educação Infantil. Por fim, ressalta-se que a consolidação de espaços educativos planejados intencionalmente assegura o respeito irrestrito aos direitos fundamentais de aprendizagem e desenvolvimento, reafirmando o compromisso ético, científico e político da escola com a valorização da infância em toda a sua riqueza, diversidade e plenitude humana.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Brasília: MEC, 2009.

ISSN: 2358-8829

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

FORNEIRO, Lina Iglesias. **A organização dos espaços na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HORN, Maria da Graça Souza. **Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MALAGUZZI, Loris. **Histórias, ideias e filosofia básica**. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (Org.). *As cem linguagens da criança*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

ZABALZA, Miguel Ángel. **Qualidade em Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.